

RESUMO - DIREITO

DESAFIOS E OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA: A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS

Nalanda Da Silva Lopes De Carvalho (210026297@aluno.unig.edu.br)

Brunna Eduarda Ferreira Araujo (brunna27araujo@gmail.com)

Introdução: O acesso à justiça é um direito fundamental previsto na Constituição de 1988, mas para a população em situação de rua esse direito ainda enfrenta grandes obstáculos. Fatores como ausência de documentação civil, discriminação social, falta de informação e políticas públicas frágeis contribuem para a exclusão desse grupo. No estado do Rio de Janeiro, os dados indicam crescimento dessa população desde 2020, revelando um cenário de violação contínua de direitos fundamentais e inabilidade estatal em promover garantias básicas. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pela população em situação de rua no acesso à justiça, verificando a atuação da Defensoria Pública, da assistência jurídica gratuita e do Poder Judiciário. A hipótese é que, apesar dos mecanismos institucionais existentes, as barreiras estruturais e sociais ainda impedem o pleno exercício da cidadania. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico, fundamentada em doutrina, estatísticas e dados oficiais, como os divulgados pelo G1. Foram utilizadas obras de referência no direito

constitucional e processual de Grinover, de 2001, Freitas e Zanoni, de 2022, além de relatórios sobre políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Como recorte geográfico, analisou-se o estado do Rio de Janeiro, dada a crescente vulnerabilidade registrada na região. Resultados: Os resultados demonstram que a população em situação de rua no Rio aumentou 8,2% desde 2020, com maior incidência entre 31 e 49 anos. A Defensoria Pública se mostra essencial ao oferecer mutirões, emissão de documentos e orientação jurídica, mas seus recursos ainda são limitados. A assistência jurídica gratuita representa um mecanismo fundamental, mas enfrenta dificuldades de alcance e efetividade. As políticas públicas carecem de força normativa, já que muitos benefícios existem apenas em decretos e portarias, passíveis de revogação. O Poder Judiciário apresenta inabilidade estrutural em atender a complexidade das demandas desse grupo, evidenciando a necessidade de maior articulação institucional. Conclusão: A pesquisa confirma que o acesso à justiça da população em situação de rua é marcado por obstáculos sociais, jurídicos e institucionais. Apesar do papel relevante da Defensoria Pública e da assistência jurídica, os resultados revelam que essas medidas ainda são insuficientes sem políticas públicas efetivas e estáveis. Conclui-se que apenas com articulação interinstitucional, inclusão documental e ações coordenadas será possível assegurar o acesso real à justiça e reduzir desigualdades, sendo os resultados apresentados conclusivos quanto às dificuldades e preliminares quanto às soluções.

Palavras-chave: acesso à justiça; defensoria pública; grupos vulneráveis; direitos fundamentais; inclusão social; dignidade da pessoa humana; cidadania; desigualdade.